

HISTORIOGRAFIA AMBIENTAL, ONTOLOGIA DO SER E A PRÁXIS HUMANA NA ATIVIDADE DA PESCA

HISTORIOGRAPHY ENVIRONMENTAL ONTOLOGY OF HUMAN BEING AND PRAXIS THROUGH FISHING

Saulo Cezar Guimarães de Farias

Doutorando em Meio Ambiente pelo PPG-MA UERJ
saulocg@bol.com.br

Felipe Robledo

Doutorando em Meio Ambiente pelo PPG-MA UERJ
felipe.robledo@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a reificação do ser humano a partir da análise teórica sobre a representação da práxis da pesca ao longo do processo histórico. Realiza uma crítica a história ambiental embasada na historiografia como campo recente de discussão e sua contribuição a partir do entendimento das interrelações das diferentes ciências, observando que a pesca possui características essenciais que ajudam o entendimento da relação homem-natureza e da produção da sua existência pela realização do trabalho.

Palavras-chave: História ambiental; Pesca; Ontologia do ser; Práxis.

ABSTRACT

The present work aims to contribute to the discussion about the reification of human beings from the theoretical analysis of the representation of the praxis of fishing along the historical process. Performs a critical environmental history grounded in historiography as recent field of discussion and contribution from the understanding of the interrelationships of the different sciences, noting that fishing has essential features that help the understanding of the human-nature relationship and the production of its existence by completion of the work.

Key-words: Environmental History; Fisheries; Ontology of being; Praxis.

INTRODUÇÃO

A história ambiental configura-se como campo recente da historiografia. A pesca, como atividade humana, permite uma discussão a partir de múltiplas determinações capazes de integrar aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais a partir de uma visão da totalidade, capaz de romper com a lógica cartesiana e dicotômica que contribui para a separação do ser-humano coma natureza.

Desde os primórdios, a pesca se configura como uma atividade humana produtiva. No caso das sociedades latino americanas, a relação entre esta atividade e o desenvolvimento das

comunidades do seu entorno se modificam a partir de relações estabelecidas entre os diferentes povos, presentes no continente americano e os colonizadores europeus.

A partir de uma crítica a história ambiental embasada na historiografia como campo recente de discussão e sua contribuição, busca-se, neste trabalho, o entendimento da temática a respeito da pesca, como pertencente a um campo científico que abarca diferentes visões, sem a pretensão de empoderamento de nenhuma disciplina, configurando-se em um estudo interdisciplinar que pretende favorecer o diálogo interciências (LEFF, 2002) e elucide a relação do ser humano com a natureza.

Este artigo pretende contribuir para a discussão da temática pesca como uma atividade humana e a noção da relação ser-humano e natureza ao longo do processo histórico a partir de em um primeiro momento uma análise da história ambiental como campo recente de discussão e sua contribuição a partir de um entendimento das interrelações das diferentes ciências.

A história ambiental: histórico e possíveis relações com o estudo da pesca

A construção da história ambiental é parte recente da historiografia, embora já possamos identificar uma produção textual relacionada à noção de meio ambiente em textos de Heródoto (século V a.C) na Grécia antiga. Nesta perspectiva a tradição ocidental repousa em duas vertentes esquemáticas a respeito do papel desempenhado pelo ambiente na História.

De um lado, encontram-se visões deterministas biológicas e geográficas, a partir da qual a natureza é fator determinante para o surgimento das sociedades, inferindo a esta o papel dominante para o desenvolvimento destas e dos próprios temperamentos humanos. Esta corrente terá sua força nos escritos de Darwin, Thierry, Gumpowicz e Summer ao afirmarem que este determinismo produz diferentes raças que, ao serem categorizadas como superiores e inferiores, justificariam a pobreza e a idéia de civilidade, assim como a noção de dominação de uma sobre as outras (as brancas européias sobre as demais), disfarçando os interesses econômicos em uma falsa noção de difusão do progresso.

Por outro lado, temos estudos que percebem as sociedades como não detentoras de bases naturais e, sendo assim, não enxergam no vínculo com a terra, bases pertinentes para análises científicas. Para esta corrente, a cultura e a sociedade não são limitadas ou condicionadas por fatores naturais (MARTINS, 2007).

A gênese de uma historiografia com vistas a uma preocupação ambiental se inicia na década de 1930 com a Escola de Annales e os estudos de Lucien Febvre e March Bloch que

buscaram fundamentos ambientais da sociedade ao estudarem as comunidades rurais francesas (BLOCH, 1941) e a geografia social (FEBVRE, 1953) porém é Braudel na sua obra sobre o Mediterrâneo que ao inferir o estudo da História a partir do conceito de “longa duração” percebe-se uma inter-relação entre sociedade e natureza (BRAUDEL, 1983).

Desta forma, a reflexão sobre história passou a significar também uma reflexão acerca do meio ambiente, visto não mais como um determinismo absoluto nem como simples cenário passivo e estático no qual se dá a trajetória humana. Para Braudel mesmo que lentamente, a natureza é móvel, ativa e dinâmica (BRAUDEL, 1983; MARTINS, 2007; WORSTER, 1991).

A história ambiental, propriamente dita, se inicia na década de 1970 a partir de uma efervescência calcada na ideologia da contracultura norteamericana e no panorama de crise econômica mundial do período. Em 1974, *Annales* dedica uma edição especial para discutir história e meio ambiente na qual Le Roy Laudirie descreve o programa da História ambiental como aquela que:

[...] reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima, ambos os fatores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravadas por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda “disposição” dos colonizadores simplórios; a destruição da Natureza, causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial; as mazelas de origem urbana e industrial, que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante (LAUDIRIE *apud* DRUMMOND, 1991, p.200).

Percebemos a partir deste ponto uma ruptura com a visão de historiografias que possuíam em comum o fato de não saberem lidar com a variável “natureza” ou “meio ambiente”, muitas vezes varridos para fora do campo de visão do historiador.

Cabe também então à história ambiental inserir a sociedade na natureza, com o objetivo de superar a ruptura preconizada com a modernidade européia renascentista/iluminista, calcada em um antropocentrismo racionalista que defendia uma visão mecanicista entre ser humano e natureza, cartesiana e de não pertença, através da qual a segunda deveria servir ao primeiro. Cabe aos estudos históricos ambientais a defesa de uma relação dialética na qual as ações humanas sobre a natureza provocam impactos sobre o meio ambiente, que reage, levando a novas configurações socioambientais.

A proposta de Worster (1991) é parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina história mais inclusiva, através da qual o diálogo interciências se configura imprescindível para entender a relação ser-humano/natureza, pois, sem negar as

especificidades características de cada área do conhecimento, busca no diálogo a sua totalidade, configurando-se assim em uma prática inter/trans disciplinar.

Na busca por esta totalidade, é fundamental que se entenda que nenhuma disciplina possui preponderância intelectual/metodológica no que concerne a assegurar a sustentabilidade humana no planeta. Desta maneira, é fundamental que se reconheçam as interrelações entre os fenômenos ambientais, econômicos, ideológicos, simbólicos e políticos.

Esta totalidade contribui para a busca de uma sustentabilidade capaz de abarcar para além dos aspectos econômicos, os valores e as representações sociais. Nesta perspectiva, é importante explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis (segundo uma visão de que a utilidade e inutilidade é uma escolha social) e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas, destacando-se o fato de que recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados (DRUMMOND,1991).

Martins (2007, p.36) afirma que:

Diferentemente dos homens de ciência dos séculos XVII e XVIII, os praticantes da História Ambiental devem reconhecer que não é a fragmentação, dada pela observação das partes de um organismo, sociedade ou ecossistema, que torna melhor conhecido e compreendido o objeto de estudo, pois com esse movimento tipicamente descartiano os seres perdem a sua condição essencial de “totalidades indissolúveis”. Ao invés do bisturi de Descartes, a História Ambiental precisa operar instrumentos que proporcionem uma visão holística das sociedades e das naturezas, que tragam à superfície a consideração da interação de múltiplas variáveis (ambientais e sociais), em uma duração sempre longa.

A natureza deve ser entendida não como uma idéia, mas sim como múltiplas idéias, significados, pensamentos e sentimentos, configurando-se em um processo que não é criado, nem extinto a partir da ausência da espécie humana no planeta, embora não possa ser vista sem que se entenda como uma criação mental humana. Assim sendo, o estudo da natureza deve contemplar aspectos das relações entre estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião.

A história ambiental visa ao aprofundamento do entendimento de como os seres humanos foram, através do tempo, afetados pelo ambiente natural e como o afetaram e quais os resultados desta relação dialética.

A dificuldade se encontra no fato de que devemos considerar as diferentes culturas humanas e sociais são complementares, não podendo ser caracterizadas como detentoras de características definidas e mutuamente excludentes, mas sim com diferentes atitudes que podem ser apreciadas e/ou melhoradas pelo intercâmbio entre os povos (BOHR,2000).

O movimento social e/ou ambiental não pode ser visto de forma dogmática, apologético ou catastrófico, mas deve permitir a partir de leituras da realidade aberta, a reflexão e a novos dados o aumento da capacidade de análise das problemáticas surgidas a partir da pesquisa (PELIZZOLI, 1999; ALMEIDA,1999)

No que diz respeito à relação entre ser humano e natureza e sua evolução histórica, durante o período pré-socrático e a fase platônica/aristotélica no século V a.C, a natureza passa a ser entendida a partir de leis ordenadas para um fim. Esta visão rompe com a anterior, através da qual a natureza era vista como vontade e desejo dos deuses, configurando-se ora como “mãe” ao propiciar condição para a sobrevivência da sociedade, ora como “madrasta”, quando castigava a partir de catástrofes (ALMEIDA, 1999).

Ao se pensar na pesca e nas comunidades primitivas e/ou pré-colombianas na América Latina, podemos identificar um conhecimento mítico, a partir da qual a relação com os deuses é fundamental para o sucesso ou fracasso desta atividade humana.

Com a cristianização, a partir do século I d.C, o ser-humano passa a ser identificado como não pertencente a um conjunto com a natureza (LE NOBLE, 1969).

A partir desta “nova” visão de mundo, o ser humano passa a se posto não mais em, mas sim diante da natureza (ALMEIDA, 1999).

Este tipo de abordagem chega a América com as viagens do descobrimento e a dominação européia sobre o continente. Esta nova ótica, imposta a partir da catequese e seguindo os moldes da expansão cristã/católica para o chamado “Novo Mundo”, tem como consequência direta um processo de aculturação que faz com que muitas comunidades ameríndias acabem, por imposição, rompendo com a relação mística e de conjunto entre ser-humano e natureza.

Com o Renascimento científico, a partir do século XVI, autores como Bacon e Descartes o ser-humano se torna dono e senhor da natureza, legitimado por um direito de posse e uso determinados por Deus. Este domínio evolui para a exclusão de Deus na relação ser-humano e natureza levando ao surgimento de uma natureza-máquina (LENOBLE, 1969).

Nesta “civilização moderna”:

O ser humano é tão mais humano quanto mais ele domina a natureza e os outros homens, tão mais homem quanto mais ele consegue entender o seu

controle sobre todos os níveis e todos os planos de existência (...) se relacione a uma concepção do conhecimento como uma técnica de manipulação e controle (UNGER, s.d., p.53-54).

É esta visão tecno-científica e não mais mística que guiará a relação entre seres-humanos e natureza a partir de então, levando a uma visão da pesca não apenas como atividade humana de subsistência, mas sim com vistas ao lucro, levando, desta forma, a uma nova configuração econômica, política e social das comunidades pesqueiras na América Latina.

A partir da consolidação deste modelo, passa a ocorrer uma disparidade, através do qual de um lado, identificamos o desenvolvimento científico e tecnológico e do outro um atraso em relação a conceitos de sabedoria e ética na relação ser humano e natureza (PELIZZOLI, 1999)

As diferentes visões ou conhecimentos não devem ser vistas de formas excludentes, mas sim como diferentes categorias, podendo coexistir ao mesmo tempo, não caracterizando juízos de valores destas ou daquelas, mas sim como formas de entender as sociedades em suas múltiplas determinações, a partir de uma concepção construtivista que não considera a ciência como representação da realidade, mas sim como uma construção de modelos explicativos sem a prerrogativa de se auto intitular detentor da verdade absoluta, mas sim como elemento que pode ser corrigido e modificado em busca de explicações que se adequem melhor ao estudo, a partir do princípio de inacabamento de Morin (2007), através da qual se inverte o sentido da disciplina intelectual sem, no entanto, relaxá-la.

No caso brasileiro, nossa configuração territorial se deu através de estratégias e conflitos originários de um projeto colonizador que enxergava a partir de uma visão “pré-capitalista” mercantilista a natureza como produto, que possuía como função garantir o lucro para a metrópole. Desta forma, as dimensões de nossa economia estão relacionadas aos recursos naturais de forma articulada e, sendo assim, a História Ambiental pode contribuir para o entendimento do passado e presente de um país rico ambientalmente, porém assolado por uma série de dívidas sociais responsáveis por uma desigualdade que afeta a relação entre sociedade e meio ambiente.

A pesca como representação do ser social e da práxis humana em uma sociedade primitiva

Seja em obras de Debret ou em relatos de pesquisadores, naturalistas, antropólogos e cientistas estrangeiros que vinham para o Brasil inventariar as espécies animais e vegetais (incluindo as sociedades indígenas) abundantes nas matas, percebe-se a importância dada aos rios e aos peixes e da atividade da pesca como meio de subsistência e de simbolismo do uso sustentável dos recursos naturais.

Em inúmeros textos que discutem a historiografia ambiental, que Martinez (2006) prefere conceituar como *temáticas ambientais na historiografia brasileira*, a pesca surge como estímulo externo ao campo de trabalho dos historiadores que continuamente se referem a atividade como objeto de análise¹ dos fatores antrópicos, no exame das relações entre sociedade e natureza e suas múltiplas interações.

Nos primórdios da história brasileira, a atividade pesqueira realizada pelas sociedades indígenas extrativistas habitantes em uma floresta tropical ou em uma ilha isolada do oceano, se apresenta como representação mais pura e sutil práxis humana e do trabalho.

Entre muitas abordagens que a atividade da pesca serve de ilustração e de representação, o estudo da ontologia do ser dentro de uma sociedade indígena sem contato com o mundo civilizado pode ampliar o entendimento da dicotomia criada entre a concepção do ser social e do ser em geral em um vácuo da representação metafísica e da dialética material colocada por Lukács (2007) sem um articulador.

O entendimento que uma sociedade sem a consciência do pensamento filosófico sobre a sua relação com o meio natural, sem a preocupação em produzir qualquer estratégia materialista de sobrevivência a não ser aquela que diretamente pode facilitar sua permanência no espaço que ocupa, expõe a concreticidade das múltiplas determinações que estão envolvidas no processo de formação cultural, da sua identidade, das relações sociais e dos efeitos da sua ação para o seu mundo.

Ao conceber a práxis humana em uma relação dialética entre o cotidiano das relações sociais, naturais, dos acontecimentos empíricos, o ser humano enxerga que o conhecimento gerado por essas ações retornam na prática do trabalho, que passa a ser o fator de

¹ Segundo Carril (2002), Marx reconhece a antecedência da natureza ao homem, mas essa natureza já quase desapareceu, por isso falar de uma história natural é falar de uma história humana. Segundo Alfred Schmidt (*apud* DUARTE, 1986 p. 11) "a história natural e a humana constituem para Marx uma unidade na diversidade. Dessa forma, ele não dissolve a história em história natural, nem a história natural em história humana."

desencadeante para entender as relações entre os seres/sociedade com a natureza e na compreensão das determinações que levam ao homem a produção da sua realidade.

A liberdade humana para Marx, encontra-se no fato de que no decorrer de sua evolução histórica, a humanidade emancipou-se quase que totalmente do domínio da natureza. Mas, ela se rompe com o próprio rompimento da relação trabalho-propriedade, quando o homem se afasta da natureza. Tal situação ocorre quando há a separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização - ou seja, quando se instala a separação entre os meios de trabalho e o objeto do trabalho, com o advento do sistema capitalista (CARRIL, 2002 p. 4).

A pesca realizada por uma sociedade indígena extrativista da América do Sul se difere da pesca de uma sociedade mais evoluída da África ou Oriente Médio tanto pela forma, quanto pela finalidade e objetivo. Essa sistematização está nas características do espaço natural que cada uma se situa e no desenvolvimento das técnicas usadas para tal fim, que pode ser a condição para a manutenção da atividade para outros fins, diferentes da subsistência.

Sem necessidades materiais para produzir sua existência, as formas de trabalho exercidas em um grupo isolado assumem características empíricas muito mais extensas que em outras situações, sujeitas a menor interferência externa mais semelhantes a uma produção existencial transcendental e não-materialista.

Na sociedade sulamericana, o exercício da atividade pesqueira pode possuir outros muitos significados que a sobrevivência, pela simbologia que o rio, o mar, os peixes e a água pode ter dentro das características culturais do grupo, que ao mesmo tempo, pode ser reflexo da finalidade do trabalho/atividade em si próprio, dando sentido a sua existência. Difere da atividade de outras regiões em muitos aspectos: fartura/escassez, cultura/simbolismo, finalidade/uso, ainda que seja trabalho e mesmo que represente o “espelhamento” das dinâmicas da sua realidade, da sua práxis.

As formas de conhecimento produzidas por esta sociedade primitiva podem servir para gerar cognicência sobre os significados produzidos pela ação-relação com a natureza como produção do ser social e coletivo, do seu papel para compor parte da realidade de um real concreto no contexto que está inserido e ainda servir pra compreensão das transformações que esta sociedade sofreu e sofrerá com o tempo.

Nessa organização social funde-se concepção do ser social e o ser em geral nos sentidos materialista-dialético e representativo-metafísico, pois a práxis e o trabalho podem ser observados como representação sagrada (metafísica) e também dialética e subjetiva, uma

vez que na relação homem-trabalho-natureza os significados são partes integrantes de uma totalidade que eles julgam ser suprema.

Em uma sociedade não-capitalista que habita uma localidade mais suscetível aos inconstantes efeitos climáticos e geológicos, as necessidades técnicas para adaptação são tão ou mais influentes no cotidiano das relações existentes no seu interior. Podemos dizer que essas sociedades são “naturalmente” racionais e científicizadas e com maior propensão em desenvolver aspectos culturais e simbólicos concretos e materialistas, acreditando que não poderão depender estritamente do “sagrado” para subsistirem.

As concepções dialética e ontológica para a caracterização dos seres que produzem suas existências, nestes contextos, assumem interpretações diferentes. A práxis vai ser influenciada pela trabalho técnico e materialista que, por sua vez, influenciará a organização social do grupo, também refletindo nas relações entre os indivíduos e deles com a natureza. Nestas condições, o homem se afasta do seu estado natural e gera a possibilidade de humanização por meio do desenvolvimento da técnica e do trabalho. “Este processo de emancipação do homem em relação às suas condições naturais originais de produção é um processo de individualização humana” (MARX, 1985). Assim:

Se a técnica permitiu à humanidade tomar a natureza artificial, esse processo correspondeu a vários períodos dos estágios de evolução humana, o que significa dizer, que mesmo as comunidades primitivas intervinham de alguma maneira sobre o meio e seus recursos com as técnicas que naquele momento lhes permitiam efetivar tal intervenção. Marx analisava o processo de civilização como uma forma histórica que o levava a crer na possibilidade de humanização por meio do desenvolvimento da técnica e da natureza. No capitalismo, o ser humano, desprovido do mínimo necessário regride ao estágio mais primitivo de sua origem, ele volta a ocupar a caverna (CARRIL, 2002 p. 6).

A pesca, nesse contexto, será uma atividade pautada na técnica, na superação dos empecilhos naturais para a produção da sua existência e possivelmente em objeto de troca e armazenamento para dias mais difíceis. As múltiplas dimensões da totalidade de uma sociedade que sofre com influências naturais na sua produção existencial pode ser compreendida como dialética e não necessariamente ocorre dentro de uma sociedade capitalista.

Mas quando a ciência e a técnica se associaram, resultando em sucessivas descobertas tecnológicas e a economia se tornou mundializada, todas as sociedades adotaram um mesmo modelo que se sobrepõe aos múltiplos recursos naturais e humanos (CARRIL, 2002).

Está mais uma vez superada a dicotomia entre sujeito e objeto na constatação que a realidade é dialética e melhor maneira (se não a única) de captar as múltiplas determinações que estão “através das coisas” (Lukács) no cotidiano das sociedades e nas relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em várias situações podemos observar o comportamento humano lidando produzindo sua existência em suas atividades cotidianas. O contexto em que as sociedades estão influenciam suas práticas e determinam seus aspectos culturais, seus objetivos e intenções.

Na evolução de sua história, o ser humano se afastou da natureza resignificando o papel do trabalho para sua existência. Assim o homem foi se individualizando, foi abandonando os traços primitivos que o prendem aos desígnios naturais.

Em suas atividades cotidianas o homem se reificou, cumpriu e cumpre seu papel no planeta interagindo com o meio físico natural e suas forças.

Mesmo hoje, existem sociedades que se relacionam com os ambientes naturais e os seres que neles vivem convivendo com as transformações culturais e interesses econômicos externos, coexistindo sem que haja uma eliminação e depredação do mesmo.

Assim como podemos conhecer a história das sociedades e da sua relação do meio ambiente na historiografia ambiental, podemos ver como determinadas práticas humanas, tão antigas quanto o próprio ser humano, evoluem e se mostram indicadores das mudanças que acometeram as sociedades.

A pesca atravessa essa discussão por ser uma fiel representação da práxis humana e de sutil elemento de captação da sua relação com o meio físico natural e todo simbolismo que traz consigo.

Dentro do contexto capitalista, as relações entre as sociedades e suas práticas produtivas se modificaram. O homem perdeu o sentido do trabalho e não mais se identifica com ele na produção da sua existência. Ficou alienado e dominado pela necessidade de acumular riqueza.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Campo e cidade como imagens**. UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro, 1999, pp 1-41.

BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou le Métier d'historien**. Paris: A. Colin, 1941.

Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V 4, n.2, p 113 - 123. Julho/Dezembro. 2014.

BRAUDEL, Fernand, **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II**, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

BOHR, Niels. **Física Atômica e conhecimento humano: ensaios 1932-1957**. Rio de Janeiro: Contra-ponto, 2000, pp 85-129.

CARRIL. Lourdes de Fátima Bezerra. **O moderno e o descolamento da natureza**. Texto elaborado para relatório de qualificação de Doutorado - novembro de 2002.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa, In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: A. Colin, 1953.

LEFF, Enrique. Cap. 1. Sobre a articulação das ciências na relação natureza-sociedade. In: **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, pp.21-58.

LENOBLE, Robert. Cap. 1. Da noção de natureza do século XVI ao século XVIII , In: **História da ideia de natureza**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969. pp 183-200.

LUKÁCS, George. **Marx, ontologia do ser social**. Madrid, ediciones Akal, S.A, 2007, pp.65-87.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007, Parte I – Teoria e Método, pp.17-83.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985. vol. 3, 4ª edição (Coleção Pensamento Crítico).

MORIN, Edgar, CIURAMA, Emilio-Roger, MOTTA, Raul Domingo. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

PELIZZOLI, M.L. A emergência do paradigma ecológico II: fundamentação e estratégias de ação ambiental. In: *A emergência do Paradigma Ecológico: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI*, Editora Vozes, Petrópolis, 1999, pp 73-85.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.177-197.

UNGER, Nancy Mangabeira. Ecologia e espiritualidade: o Re-encantamento do Mundo. In: *O encantamento do humano: Ecologia e espiritualidade*. Edições Loyola. pp 53-61.

Recebido para publicação em 07/04/2014

Aceito para publicação em 28/08/2014